



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília 28 e 29 de novembro de 2012

Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e doze, com início às 9,30 horas, nas dependências do Ministério da Justiça, sala 508, em Brasília realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - CONSEJ, sob a presidência da Secretária de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, contando com a presença dos representantes das unidades federadas, conforme lista que integra a Ata (**Anexo I**) para deliberar a respeito da pauta conforme convocação (**Anexo II**). A Presidente informou quanto aos entendimentos que vem sendo mantidos visando posicionamento do DEPEN/MJ no que concerne a prorrogação do prazo para apresentação dos projetos complementares. Informou quanto a expediente que está sendo encaminhado ao Ministro (**Anexo III, com cópia ao DEPEN – Anexo IV**) relacionado à situação dos projetos. As informações são no sentido de que prorrogação haverá, com prazo em torno de 180 dias após a aprovação dos projetos arquitetônicos por parte do DEPEN. Foi objeto de discussões a questão relacionada aos bloqueadores de celulares, objetivando-se buscar alternativa que seja viável, pois a situação é preocupante na medida em que não há, no momento, instrumentos hábeis a inibir o ingresso dos aparelhos nos estabelecimentos penais. Informou-se quanto a realização de reunião da Inteligência Penal em Brasília, no decorrer do mês de dezembro e, para tanto, o Conselho resolveu designar a servidora do estado do MT, Geysa Bianconi, contando com a anuência do Secretário de Justiça daquela unidade da federação, para verificar como se encontra a situação quanto aos bloqueadores, buscando informes a respeito para que o CONSEJ possa se posicionar, inclusive participando do evento mencionado para relato oportuno. Compareceu à reunião o Dr. Flávio Caetano, Secretário da Reforma do Judiciário, informando quanto as iniciativas de sua pasta e o fortalecimento das defensorias públicas junto às unidades da federação, mencionando os Estados que ainda não dispõem de defensorias (SC) e os que estão em fase de formação plena (PR e GO). Destacou que dispõe de verba para convênios com os Estados e que vai viabilizar visando o aprimoramento dos referidos órgãos. Compareceu também a Secretária Nacional do Consumidor, Dra. Juliana Pereira da Silva informando quanto as gestões que vem encetando. A Presidente do CONSEJ efetivou colocações visando a que as operadoras de telefonia celular,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília 28 e 29 de novembro de 2012

diante das multas que vem recebendo, poderiam firmar compromisso para a aquisição de equipamentos que são necessários a coibir o ingresso de celulares (portais, aparelhos de raio x, etc.) ficando o assunto para ser melhor debatido após o relatório a ser apresentado pela servidora acima mencionada (Geysa). A Presidente agradeceu a presença das autoridades destacadas e informou que o penitenciário Massimo Pavarini esteve recentemente no Estado do Paraná, a fim de palestrar a respeito das cooperativas sociais na Itália, e que estas podem ser modelos para aproveitar no Brasil com a massa prisional. Destacou a Presidente a expressão de Pavarini, ajustável à situação vivenciada no Brasil com o excesso de população carcerária. Aludiu Pavarini que o Judiciário é quem determina quem entra e quem sai das prisões, daí porque cabe a este Poder equacionar a situação para resolver o problema da superlotação nos estabelecimentos penais. Enfatizou a necessidade do monitoramento eletrônico informando que no Paraná, em breve, tal modalidade irá ser aplicada e destacou as conveniências da monitoração. Na sequência passou a arrolar inúmeras situações a fim de formar uma pauta de reivindicações a ser apresentada a diferentes órgãos (MJ-CNJ-CNMP, etc.) para minimizar a situação carcerária que está caótica, trazendo múltiplos problemas aos Estados como se observa dos recentes relatos em relação a São Paulo e Santa Catarina. Adentraram à reunião os Srs. Augusto Rossini e Fabricio Vieira, respectivamente Diretor Geral e Diretor de Políticas Penitenciárias do DEPEN/MJ. Rossini prestou esclarecimentos concernentes aos projetos em andamento e esclareceu a respeito dos cancelamentos havidos com projetos de interesse dos estados, e que se referem a gestões anteriores, razão pela qual foi lavrado um documento assinado por todos para esclarecimentos neste sentido, uma vez que as notícias divulgadas davam ideia de inércia das atuais gestões dos estados, o que não é o caso. Aludiu que no decorrer do mês de dezembro deverão ser efetivados os empenhos com cláusula suspensiva, em torno de 90 dias a partir do mês de dezembro para que os estados possam apresentar os projetos complementares em relação às obras projetadas. Falou-se também a respeito da questão dos celulares e tecnologia existente, disponibilizando o DEPEN/MJ, mediante agendamento, aos estados, o uso da tecnologia existente no DEPEN. Abordou que em 16 de dezembro realizar-se-á o 1º encontro nacional dos serviços de inteligência dos estados e que será importante o comparecimento dos representantes das unidades federadas.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CONSELHO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA JUSTIÇA,
CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.
ATA da Reunião de Brasília 28 e 29 de novembro de 2012

Devido ao adiantado da hora, a Presidente encerrou a reunião, marcando a sequência para o dia 29, a partir das 9,00 horas, informando que deverá estar presente o Secretário de Assuntos Legislativos do MJ, oportunidade na qual, aspectos relacionados ao Decreto de Indulto poderão ser discutidos, visando a que sugestões sejam apresentadas. Reaberta a reunião, a Presidente expôs as sugestões que podem ser apresentadas e o Conselho as acolheu, conforme consta no **Anexo V** e cópia que está sendo encaminhado à Ministra Gleysi Hoffmann – **Anexo VI**. À reunião esteve presente a Secretaria de Assuntos Legislativos que informou quanto aos estudos relacionados ao Decreto e que as sugestões do CONSEJ serão objeto de estudos, agradecendo pela contribuição. Fez-se alusão, também, ao site da SEJU/PR oportunidade na qual a Secretária expôs o conteúdo destacando as Boas Práticas e sugerindo aos Estados para que incluam situações similares nos sites das unidades federadas. Aludiu por último a Sra. Presidente a questão relacionada à superlotação carcerária, problema que não pode ser resolvido tão somente no âmbito do executivo, devendo ser acionados os CNJ – Conselho Nacional de Justiça e o Colégio dos Presidentes dos Tribunais de Justiça para que o assunto venha a ser amplamente debatido, uma vez que o Poder Judiciário detém o poder geral de exercer o controle da superlotação carcerária. Entendimentos ficaram de ser mantidos com os órgãos acima citados. Nada mais, ficando de ser marcada oportuna reunião. Do que, para constar, lavrou-se esta Ata que vai assinada pela Presidente e Secretária depois de aprovada pelo CONSEJ e remetida às secretarias e órgãos envolvidos.